

# A EMIGRAÇÃO PARA ÁFRICA, ÁSIA E AMÉRICA NA DOCUMENTAÇÃO DE VILA DO CONDE, 1560-1651

DIOGO ANDRADE CARDOSO\*

**Resumo:** Este artigo procura estabelecer, através da documentação paroquial e notarial de Vila do Conde, os destinos de emigração escolhidos pelos portugueses que partiam para os territórios ultramarinos nos séculos XVI e XVII. O objetivo deste trabalho é determinar as preferências na escolha de um destino, utilizando a documentação de uma vila de vocação marítima com um universo de 419 emigrantes, fazendo, para tal, uma análise dos contextos políticos, económicos e sociais dos vários territórios para onde os emigrantes se dirigiam, de forma a perceber como é que estes fatores influenciavam as suas escolhas.

*Desta feita, serão focados os ciclos económicos das ilhas atlânticas, o crescimento da indústria do açúcar no nordeste do Brasil, as produções de prata das Índias de Castela, o tráfico de escravos e a própria situação económica do Estado da Índia. Serão ainda abordadas as consequências da concorrência europeia à presença portuguesa no Atlântico e no Índico e as próprias circunstâncias que, no reino, conduziam os potenciais emigrantes em direção aos arquipélagos atlânticos, África, Ásia e América.*

**Palavras-chave:** Emigração; Época Moderna; Vila do Conde; Império Português.

**Abstract:** This paper aims to establish, using the Vila do Conde's parish and notary records, the emigration destinations chosen by the Portuguese that left the kingdom to its overseas territories in the 16<sup>th</sup> and 17<sup>th</sup> centuries. The goal of this article is to determine the migrants' preferences when choosing a destination, using the sources of a maritime village where were detected 419 migrants, and conduct an analysis on the political, economic, and social contexts of the several territories to where the migrants moved, to understand how these factors influenced their choices.

*To do so, this paper will focus on the economic cycles of the Atlantic islands, the growth of the sugar industry in the Brazilian northeast, the silver production in Spanish America, the slave trade, and the economic background of the Portuguese State of India. This research will also tackle the consequences of the European competition to the Portuguese presence in the Atlantic and the Indian oceans, not forgetting the circumstances that, in the kingdom, drove the potential emigrants to the Atlantic archipelagos, Africa, Asia, and America.*

**Keywords:** Emigration; Early Modern Period; Vila do Conde; Portuguese Colonial Empire.

## OS DESTINOS DE EMIGRAÇÃO

Apesar de durante muito tempo as migrações terem sido vistas como um fenómeno de mobilidade internacional pelas ciências sociais, têm vindo a ser feitos esforços, por parte de alguns autores, para que este estudo se torne mais abrangente. Tal como no universo aqui em foco, muita desta mobilidade ocorre dentro das fronteiras, mesmo quando

---

\* Estudante de Doutoramento em História na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, com bolsa da FCT (SFRH/BD/136267/2018), e investigador do CITCEM. Email: andradediogo\_89@hotmail.com. A construção cartográfica presente no artigo foi realizada pela Infografia da FLUP, à qual o autor deve o seu agradecimento.

os espaços não eram contíguos. Como escreveu Magalhães Godinho: «Esta extrema dispersão [portuguesa] começara com a tomada de Ceuta em 1415 e a colonização de Porto Santo e da Madeira, logo a seguir»<sup>1</sup>.

Jan e Leo Lucassen procuraram uma nova forma de tipificar estas movimentações, tanto relativamente ao destino como ao período de estadia, reconhecendo migrações permanentes para as cidades como para os campos (colonização) e as temporárias como sazonais ou por mais de um ano<sup>2</sup>. Neste artigo importará também este tipo de distinção, pois só assim poderão, verdadeiramente, ser achadas as causas da mobilidade analisada.

Da mesma forma, as migrações da Época Moderna têm sido divididas entre aquelas que são livres (muitas vezes sob um contrato coercivo) e as forçadas, sendo, por vezes, difícil fazer a distinção entre elas<sup>3</sup>. Neste âmbito, toda a emigração detetada é considerada livre, distinguindo-se assim daquela que movimentava mão de obra escravizada.

As fontes que serão a base deste estudo são a documentação paroquial e notarial de Vila do Conde, vila de carácter essencialmente marítimo e mercantil<sup>4</sup>, pertencente ao Entre Douro e Minho, província geralmente aceite como aquela que, em Portugal, mais gente enviou para fora da Europa durante a expansão e subsequente presença portuguesa extrapeninsular<sup>5</sup>.

Quanto à documentação utilizada, algumas considerações se impõem. Tanto a documentação notarial como a paroquial estão disponíveis no Arquivo Distrital do Porto (ADP), embora, para este projeto as fontes tenham sido consultadas no CEDOPORMAR<sup>6</sup>, pois neste centro de documentação as fontes encontram-se digitalizadas e indexadas.

A documentação notarial está disponibilizada entre os períodos de 1560 a 1651, datas que, tendo em conta a riqueza desta fonte, irão balizar a investigação. Daqui podem ser retirados os nomes dos outorgantes, os locais de residência, as naturalidades, as profissões e algumas relações de parentesco que permitirão um melhor cruzamento com os registos paroquiais, evitando o registo duplicado de indivíduos com o mesmo nome.

Os registos paroquiais, também tratados pelo mesmo centro de documentação, apesar de serem uma fonte serial, têm algumas limitações no que concerne a datas de produção. Para o caso de Vila do Conde temos registos de batismo desde 1532, registos de casamentos com início em 1536 e registos de óbito só iniciados em 1595, todos com data final de 1902. Destes foi possível obter os nomes dos familiares dos emigrantes, permitindo um cruzamento mais eficaz com as fontes notariais. No entanto, o registo

---

<sup>1</sup> GODINHO, 1980: 55.

<sup>2</sup> LUCASSEN & LUCASSEN, 2017: 448-449.

<sup>3</sup> ELTIS, 2002: 34-35; LUCASSEN *et al.*, 2010: 8-9.

<sup>4</sup> CARDOSO, 2018: 172-173.

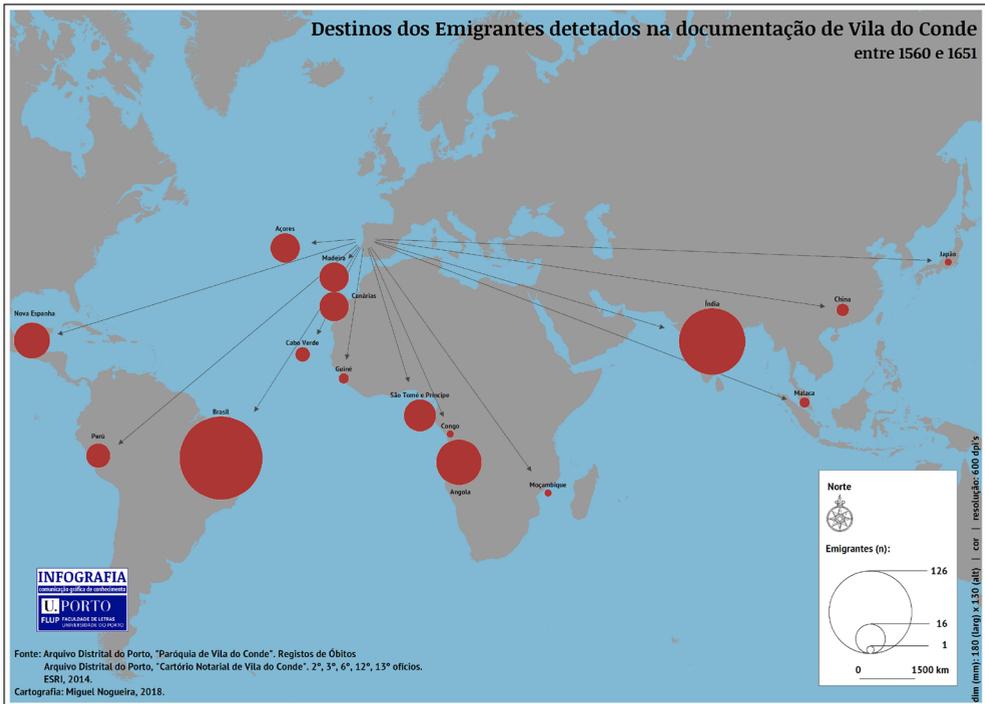
<sup>5</sup> RODRIGUES, 1993: 190; COSME, 1997: 197-200.

<sup>6</sup> CEDOPORMAR — Centro de Documentação dos Portos Marítimos Quinhentistas.

tardio desta documentação, que, sempre que possível, indica o espaço onde estavam os indivíduos na altura da sua morte, só permite um confronto direto e abrangente entre as duas fontes a partir da última década do século XVI.

A partir destas duas tipologias documentais serão analisados os destinos escolhidos pelos migrantes nos continentes africano, asiático e americano, assim como os fluxos de emigração para cada um destes espaços. O objetivo será determinar quais eram os territórios escolhidos para emigrar entre 1560 e 1651. A esta tarefa será acrescentada a análise dos períodos em que encontramos os emigrantes nos diferentes espaços, numa tentativa de perceber como estes eram escolhidos e em que períodos, pois só assim é viável estudar as suas motivações no momento de partida.

Para tal desiderato, é necessário conhecer o destino dos emigrantes no leque de espaços extraeuropeus à sua disposição. Importa, portanto, num primeiro momento, olhar para os destinos de fixação dos indivíduos que deixaram o reino. Para tal, foram elaborados o Anexo 1 e o Mapa 1 que agrupam os 419 indivíduos detetados na documentação de acordo com os espaços geográficos onde estes se fixaram. Estes instrumentos permitem uma leitura alargada das zonas de estabelecimento e da importância de cada região do globo na absorção, logo atração, de emigrantes.



**Mapa 1.** Espaços de fixação de emigrantes (1560-1651)

Fonte: ADP — Paróquia de Vila do Conde, Registos de Óbitos; ADP — Cartório Notarial de Vila do Conde, 2.º, 3.º, 6.º, 12.º, 13.º officios

O Anexo e o Mapa expressam a preferência dos emigrantes pelo Brasil no período entre 1560 e 1651, agrupando este destino 30,5% dos emigrantes encontrados (128 indivíduos), sem contar com aqueles para os quais não foi possível identificar um espaço de emigração. A América Portuguesa destaca-se, assim, dos restantes destinos, pois aquele que se lhe segue, o Índico e Sudeste Asiático ou, em termos administrativos, o Estado Português da Índia, não excede os 21,2% com 89 emigrantes, mais 20 do que as Índias de Castela. Apesar destes índices de atratividade, os espaços já explorados pelos portugueses no século XV continuaram a deter a sua influência neste período concentrando 27,2% dos emigrantes, ainda que o maior destaque vá para os arquipélagos da Madeira, dos Açores e das Canárias, e para a Senegâmbia e Guiné, Golfo de Benim e África Centro Ocidental, ambos com mais de 40 emigrantes. Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, os dois territórios insulares ao largo da costa africana, com um total de 24 emigrantes, são o destino menos procurado.

Esta leitura geral, alheia a intervalos cronológicos mecânicos ou conjunturais, é importante para, sem ideias preconcebidas, se olhar para a distribuição das saídas. Como os indivíduos permanecem num determinado espaço por vários anos, não raras vezes sem que este intervalo de tempo possa ser apurado, uma aproximação de longo prazo permite-nos compreender como cada um destes espaços contribuiu para o acolhimento dos portugueses disseminados pelo mundo. Assim procuramos completar a maioria das tentativas de numeramento da presença portuguesa em cada destino que se apoia em suposições vagas, sem documentação coeva que as comprove (Godinho conta 100 a 150 mil portugueses fora do reino na segunda metade do século XVI<sup>7</sup>), e relativas a uma data e lugar concretos<sup>8</sup>. Não obstante, é também intuito deste trabalho procurar saber quais os destinos preferidos dos emigrantes em intervalos de tempo mais curtos, para daí se determinar as atenuantes que conduzem estes homens e mulheres aos múltiplos territórios.

De acordo com o Mapa 1 e o Anexo 1, a presença portuguesa nos arquipélagos atlânticos, África, Ásia e América, encontrada na documentação de Vila do Conde, encontra-se dispersa, existindo sobretudo três áreas que esta parece não ter atingido: o Próximo e Médio Oriente, o interior de África e a América do Norte. Assim, os territórios com que as gentes da vila estavam em contacto abarcavam uma parte bastante alargada do globo, ampliando a rede humana em que Vila do Conde se insere e, em consequência, a necessidade de gerir interesses, o que conduz mais gente ao notário, melhorando este acervo documental relativamente às questões que nos interessam, neste estudo, abordar.

---

<sup>7</sup> GODINHO, 1980: 60.

<sup>8</sup> GODINHO, 1978: 5-32; GODINHO, 1980; GODINHO, 1990.

Atentemos agora no Anexo 1. Dele podemos tecer já algumas considerações sobre a preferência dos emigrantes na escolha de um destino para se fixarem dentro das vastas regiões geográficas apuradas numa primeira fase. Nos arquipélagos da Madeira, Açores e Canárias, aqueles que formaram o triângulo Atlântico no século XV e início do XVI<sup>9</sup>, sabemos que a dispersão deste segmento da população é semelhante, tendo todos eles 16 emigrantes. Este valor para as ilhas castelhanas é sintomático da importância que este arquipélago tinha para os portugueses, fruto, provavelmente, da sua importância económica<sup>10</sup>. Nestes destinos, à exceção da ilha da Madeira que concentra os indivíduos desse arquipélago nas suas zonas sul e sudeste, Açores e Canárias registam uma presença mais dispersa pelas várias ilhas, no primeiro caso ficando somente de fora o grupo ocidental, o mais distante portanto, já que no Faial se contam 3 emigrantes, na Terceira 6 e, em São Miguel, 7. Nas Canárias estes ocupam três ilhas: Palma com 7 homens, Tenerife com 5 e a Grã-Canária com 4.

Os arquipélagos mais a sul, por seu lado, manifestam uma maior diferença na atratividade dos homens e mulheres do universo social estudado, uma vez que São Tomé e Príncipe concentra um maior número de emigrantes do que qualquer outro grupo de ilhas, ainda que com 18 em São Tomé e 2 em Príncipe, e Cabo Verde conta apenas com 4 indivíduos, dos quais sabemos estarem 2 na ilha de Santiago. Esta diferença observada segue na linha do que foi a história do povoamento inicial destas ilhas. Cabo Verde constituiu uma primeira colonização tropical com grandes dificuldades em atrair população do reino e a adaptar-se ao sistema de sesmarias que dera pujança à economia das ilhas da Madeira e dos Açores<sup>11</sup>. Além disso, contava com a concorrência da Madeira como base de apoio à viagem que ligava o reino à Índia<sup>12</sup> e a forte pressão da pirataria que força o tráfico negreiro a deslocar-se para sul<sup>13</sup>. São Tomé assume, portanto, um papel importante como local de armazenamento de escravos a ser enviados para as Américas<sup>14</sup> numa cronologia em que o abastecimento desta mão de obra era feito na «África Centro-Occidental»<sup>15</sup>, onde os preços eram mais baixos<sup>16</sup>, transformando-se num espaço subsidiário das economias do Brasil e Índias de Castela.

Na Costa Atlântica de África, sobressai Angola, em termos absolutos, em relação aos outros territórios. Com 39 indivíduos, e, tanto quanto nos é permitido saber, pelo menos 2 deles em Luanda, é neste espaço que 9,3% do número total de indivíduos habita, bastante mais do que os 2 que se encontram na Guiné ou o único emigrante no Congo,

<sup>9</sup> ROCHA, 2016: 49.

<sup>10</sup> ÁLVAREZ SANTOS, 2015: 321 e seguintes; O'FLANAGAN, 2008: 118-121; MORENO FLORIDO, 2003: 69-75.

<sup>11</sup> CABRAL, 2015: 26.

<sup>12</sup> RIBEIRO, 1962: 99.

<sup>13</sup> PÉREZ GARCÍA & FERNÁNDEZ CHAVES, 2009: 607.

<sup>14</sup> RILEY, 1998: 160; VIEIRA, [s.d.]: 3.

<sup>15</sup> CALDEIRA, 2013: 34-35.

<sup>16</sup> NEWSON & MINCHIN, 2007: 71.

o que não surpreende considerando que nunca deverão ter estado mais de 200 portugueses na zona da Mina e 100 na região da Guiné no século XVI<sup>17</sup>. Este cenário é também sintomático da fuga do comércio português na costa atlântica africana para sul<sup>18</sup> depois de, no segundo quartel do século XVI, as depredações francesas terem ameaçado o comércio português na zona da Mina, o que, juntamente com os ingleses e os holandeses que se lhes viriam a juntar ao longo do século, tiraria o monopólio do tráfico de africanos da mão dos portugueses<sup>19</sup>.

Para o caso do Brasil, principal ponto de chegada da emigração do noroeste do reino<sup>20</sup>, ainda que com uma larga percentagem de indivíduos para os quais desconhecemos o local específico onde se fixaram (mais de um terço), podemos aferir a importância que assumiu o Nordeste, que se destaca dos números encontrados para qualquer outra parte do globo ao acolher 75 emigrantes, somados os que se encontravam na Baía com os de Pernambuco. Os dados são bastante claros e confirmam a bibliografia que tem vindo a assumir o nordeste brasileiro como a zona que maior número de portugueses recebia<sup>21</sup>. Pernambuco, que acolhia 60 migrantes, dos quais 24 em Olinda, confirma, com este exemplo da documentação de Vila do Conde, o seu estatuto de principal destino das saídas que irradiam do reino português para a América<sup>22</sup>. Além dos 31 indivíduos que sabemos apenas estarem em Pernambuco, encontramos neste território mais 4, todos em locais diferentes: no outeiro de Poínqua, em Porto Calvo, no Cabo de Santo Agostinho e no Recife. Ainda no nordeste da América Portuguesa concentravam-se mais 15 indivíduos na Baía, 4 deles certamente em Salvador, desconhecendo-se o paradeiro dos outros 11, ainda que o uso, à época, do termo Baía para denominar São Salvador da Baía, nos faça crer que pelo menos parte destes indivíduos se encontrassem, de facto, neste destino. Restam, fora daquela região, 5 reinóis, 4 deles no Rio de Janeiro e outro em São Vicente, todos a sudeste, portanto. De notar que, à época, a não discriminação de uma localidade podia não só refletir o desconhecimento em relação ao destino concreto do emigrante, como podia indicar um local específico que, por ser de conhecimento generalizado, não necessitava de ser particularizado. No caso do Brasil, uma menção generalizada às «partes do Brasil» pode estar associada à Baía, local onde se encontrava a capital do território e que pode incrementar ainda mais os números de emigrantes na região do Nordeste.

Nas Índias de Castela, a presença portuguesa detetada na documentação em estudo revela-se dispersa, num resultado similar ao obtido por Daviken Studnicki-Gizbert<sup>23</sup>,

<sup>17</sup> RUSSELL-WOOD, 1998a: 96.

<sup>18</sup> PÉREZ GARCÍA & FERNÁNDEZ CHAVES, 2009: 607.

<sup>19</sup> PEREIRA, 1991: 12 e seguintes; FERREIRA, 1995: 250-254.

<sup>20</sup> RUSSELL-WOOD, 1998b: 118.

<sup>21</sup> QUIRINO, 1966: *Passim*; ROWLAND, 1991: 139-140; FLORY & SMITH, 1978: 574-575.

<sup>22</sup> MAGALHÃES, 1998: 51.

<sup>23</sup> STUDNICKI-GIZBERT, 2007: 26.

Gleydi Sullón Barreto<sup>24</sup> ou Amélia Polónia e Amândio Barros<sup>25</sup>. Uma vez mais, o destino concreto de parte dos emigrantes não é identificável (44,9% do total de emigrantes nas Índias), mas ainda assim é possível apurar uma preferência pela Nova Espanha que agrega 15 emigrantes no México, mais 8 do que a zona do Caribe. Aqui, o predomínio de referências é, sem dúvida, da Cidade do México, que apenas pode ser comparada, dentro das Índias Castelhanas, a Cartagena no norte do vice-reino do Peru, cidade para a qual afluíram de facto muitos portugueses entre 1590 e 1639, por ser, juntamente com Vera Cruz, o único porto por onde os escravos transportados sob o regime de *asientos*<sup>26</sup> podiam entrar<sup>27</sup>, colocando-a no topo das suas escolhas<sup>28</sup>. Temos, assim, na Nova Espanha, uma presença bastante dispersa, como foi dito, onde para 4 emigrantes não nos foi possível identificar o espaço que os acolhe, número igual ao dos portugueses encontrados no que seriam hoje as Honduras e também o Guatemala. Seguem-se, com 3 migrantes o povoamento de Puebla de Los Angeles e, com 2 emigrantes cada, os de Campeche e Vera Cruz. Existiria 1 reinol nas Antilhas, São João de Olva, Porto Rico, Acapulco, Calles, Assunção, na ilha de Margarita, e San Juan. Mais concentrada geograficamente, mas também menor, é a deslocalização de indivíduos para o vice-reino do Peru onde, fora de Cartagena, se contam 3 emigrantes em Quito, 2 em Trujillo e 1 em São João da Luna, território não identificado, detendo este vice-reino 2,6% do número total de emigrantes, nem metade dos 6,4% do vice-reino de Nova Espanha.

Impressiona uma tão grande participação portuguesa encontrada neste destino tendo em consideração que «los portugueses fueron extranjeros en todos los territorios de la Monarquía Hispánica, incluyendo los ultramarinos que habían quedado incorporados a Castilla»<sup>29</sup>, ainda que existissem formas de se tornarem legais (mais paliativas do que profiláticas)<sup>30</sup>. Esta presença torna-se mais surpreendente quando sabemos que aqueles que se dirigiam para as Índias Castelhanas eram maioritariamente do sul de Portugal, mais concretamente do Algarve<sup>31</sup>, «la región ibérica y europea no castellana de mayor protagonismo en el sistema de comunicación y comercio que unió a la corona de

<sup>24</sup> SULLÓN BARRETO, 2010: 116.

<sup>25</sup> POLÓNIA & BARROS, 2012: 141.

<sup>26</sup> Referimo-nos aqui aos *asientos* de escravos criados pela Coroa Castelhana em 1594 para substituir o regime de licenças que se criara em 1518. Estes eram contratos que a Coroa fazia com particulares, os *asientistas*, que, em troca de um determinado valor estabelecido em leilão, lhes garantia o monopólio do abastecimento das Índias de Castela em mão de obra escrava, por um prazo e preço máximo definidos. O *asientista* podia depois vender licenças a comerciantes que desejassem importar escravos ou fazê-lo ele próprio. Confrontar VILA VILAR, 1977: *Passim*.

<sup>27</sup> VILA VILAR, 1977: 49, 57; VILA VILAR, 1979: 150-153.

<sup>28</sup> VENTURA, 2005: vol. I, t. I, 109-111.

<sup>29</sup> «Os portugueses foram estrangeiros em todos os territórios da Monarquia Hispânica, incluindo os ultramarinos que tinham ficado anexados a Castela» (SULLÓN BARRETO, 2014: 38).

<sup>30</sup> Era o caso das cartas de naturalização, das licenças e da composição. Confrontar SULLÓN BARRETO, 2014: 51-60, SULLÓN BARRETO, 2010: 118 e VILA VILAR, 1979: 147-149.

<sup>31</sup> SERRANO MANGAS, 1994: 37.

Castilla com sus Índias»<sup>32</sup>, do Alentejo e de Lisboa<sup>33</sup>, revelando a relação que se estabelecia entre os portugueses fora da Europa, capaz de dilatar as redes humanas ao ponto de ligarem, fora da península, portugueses de diferentes localidades.

O Estado da Índia ou o que definimos, em termos geográficos, como o Índico e Sudeste Asiático acolhe 19,6% dos emigrantes, o equivalente a 82 em números absolutos, o que coloca esta unidade em segundo lugar nas preferências dos emigrantes<sup>34</sup>. Se para 54 indivíduos o espaço concreto de residência não pôde ser apurado, ou seja, 65,9% daqueles que se deslocaram para a Índia, o número daqueles que pôde, juntamente com o que da bibliografia podemos aferir, permite tirar algumas ilações quanto à presença portuguesa neste subcontinente. Goa ao receber 15 emigrantes (18,3% dos que estão na Índia) confirma-se como centro do Estado da Índia à época, ou, nas palavras de Timothy Coates «o centro económico, cultural, religioso e administrativo do Estado da Índia»<sup>35</sup>, mas não muito distante dela está Cochim com 11 indivíduos (12,4%), um indicador da importância da Costa do Malabar, por esta altura, na atração dos portugueses<sup>36</sup>. Ainda na costa ocidental, encontra-se referência a Chaul, o que indica o predomínio atrativo dos territórios indianos a oeste do Cabo Comorim, pois para lá deste somente encontramos 1 emigrante em Bengala, no nordeste indiano. A restante presença portuguesa na zona do Índico e Pacífico está bem mais disseminada, mas também conta com um número significativamente menor de indivíduos, 7 ou 1,7% dos emigrantes identificados no total e 7,9% daqueles que integram esta categoria geográfica. Na China encontram-se 3, 2 em Macau, um outro sem referência concreta a um espaço; em Malaca apuram-se 2 presenças e uma no Japão e outra em Moçambique.

## OS FLUXOS DE EMIGRAÇÃO

Explanada a localização dos emigrantes ao longo do período que vai de 1560 a 1651, é altura de nos centrarmos nos fluxos de emigração. Neste campo analisaremos a presença dos portugueses nos vários destinos de acordo com a sua evolução cronológica com o intuito de detetar os comportamentos das tendências de emigração e, de seguida, lançar hipóteses explicativas que nos permitam compreender a razão das tendências encontradas. Importa, então, efetuar um levantamento temporal das presenças dos emigrantes em cada um dos territórios dos arquipélagos atlânticos, África, Ásia e América para, de seguida, se analisar e interpretar cada um destes por períodos cronológicos.

<sup>32</sup> «A região ibérica e europeia não castelhana de maior protagonismo no sistema de comunicação e comércio que uniu a Coroa de Castela às suas Índias» (RODRÍGUEZ LORENZO, 1999: 24).

<sup>33</sup> STUDNICKI-GIZBERT, 2007: 48.

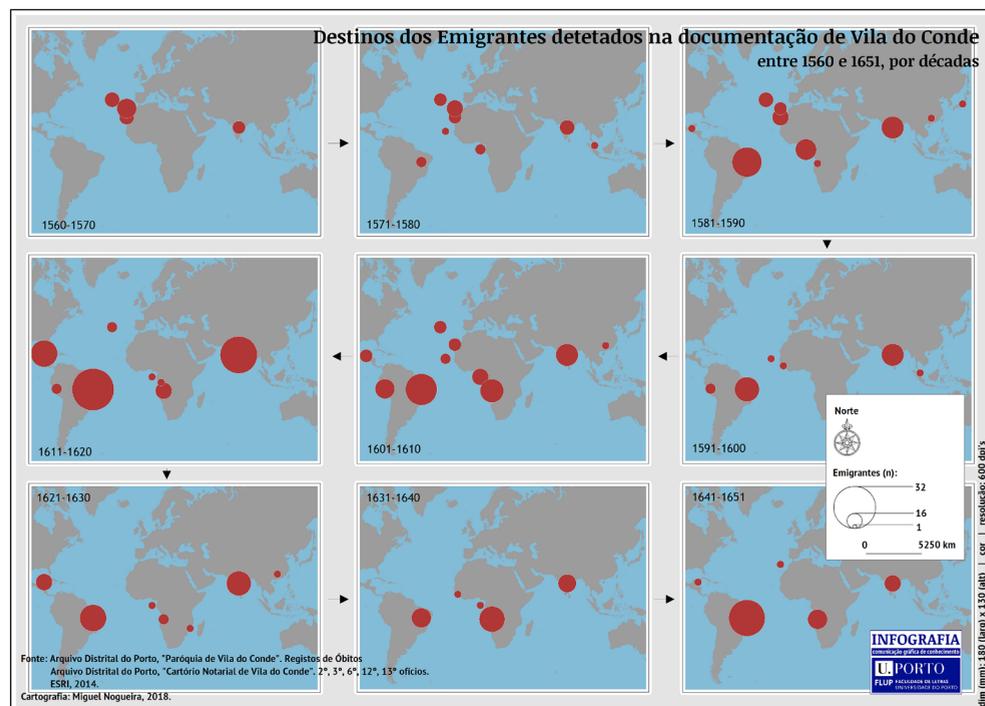
<sup>34</sup> Foi deixada de fora da análise os 19 indivíduos para os quais não foi possível identificar o destino de emigração.

<sup>35</sup> COATES, 1998: 128.

<sup>36</sup> ARASARATNAM, 1987: 102.

Com este objetivo foi elaborado o conjunto de mapas que apresentamos de seguida. Nele podemos fazer uma leitura das flutuações migratórias para o período estudado.

Atente-se, então, aos fluxos de emigração com algum detalhe, de forma a compreender o que os números revelam.



**Fig. 1.** Evolução cronológica da emigração detetada na documentação de Vila do Conde entre 1560 e 1651

Fonte: ADP — *Paróquia de Vila do Conde*, Registos de Óbitos; ADP — *Cartório Notarial de Vila do Conde*, 2.º, 3.º, 6.º, 12.º, 13.º officios

Num primeiro momento, entre os anos de 1560 e 1580, predominam, como território de acolhimento dos emigrantes, os arquipélagos da Madeira, Açores e Canárias totalizando 16 indivíduos entre 1560 e 1570, e 11 na segunda década estudada. O que este resultado revela é que, após os anos áureos da economia destas ilhas, particularmente da Madeira, que inclusivamente viu o Funchal ser saqueado e ocupado por 16 dias por corsários franceses em 1566<sup>37</sup>, a sua atração ainda se fazia sentir, inclusivamente ao ritmo mais elevado de sempre desde finais de Quatrocentos com uma taxa de crescimento anual médio de 0,9%<sup>38</sup>, o que é indicativo da necessidade destes arquipélagos

<sup>37</sup> NEPOMUCENO, 2006: 105.

<sup>38</sup> RODRIGUES, 2008: 239; PINTO & RODRIGUES, 2013: 26.

em absorver homens que mobilizem a sua economia. Esta realidade não desvanece na década seguinte, a de 1571 a 1580, apesar de uma pequena queda das presenças nestas ilhas, ainda as preferidas dos emigrantes.

Revelando um aumento da procura por parte dos reinóis que se deslocavam para fora da península, estavam os territórios para leste do Cabo da Boa Esperança, que ocupavam o segundo lugar nas suas preferências, um resultado significativo, mas que não corresponde à atração que o Estado da Índia, classificado como o principal destino de emigração ao longo do século XVI<sup>39</sup>, exerceu sobre a população do reino. Este foi um sinal, cremos, tendo em conta o que já foi provado para o caso de Vila do Conde<sup>40</sup>, de uma menor ligação do Entre Douro e Minho a estes territórios com os quais o comércio esteve concentrado em Lisboa<sup>41</sup>. Dessa cidade partiam também, por aí convergirem, «através da concentração de infra-estruturas políticas e financeiras»<sup>42</sup>, os homens de estatuto mais elevado que assumiam o papel preponderante na administração e defesa do Estado da Índia. Por este espaço gozar de cada vez menos oportunidades de negócio, estes homens partiam em maior número do que, por exemplo, os comerciantes<sup>43</sup>.

Nos anos de 1580, o Brasil assumiu o papel principal no acolhimento dos emigrantes, registando-se, contudo, um pico de chegadas em vários territórios como nos arquipélagos atlânticos e no Estado da Índia, além de uma pequena subida da procura pelas Índias de Castela e pela Senegâmbia e Guiné, Golfo de Benim e África Centro Ocidental. Um tão grande crescimento dos valores de emigração, que passa de um total de 23 indivíduos deslocados nos territórios ultramarinos na década anterior, para 51 nesta, faz-nos pensar que as causas terão de se buscar fundamentalmente no reino. Porventura terá confluído uma influência da esfera política, com a subida ao trono de D. Filipe, com um crescimento populacional que se verificava em Vila do Conde por estes anos<sup>44</sup> e uma constante ameaça do corso junto à costa da vila que era agora dominado pelos ingleses<sup>45</sup>, que, encorajados pela derrota da Armada Invencível, coadjuvavam o já existente «clima geral de perturbação marítima»<sup>46</sup>, contribuindo para a quebra das atividades ligadas ao mar que empregavam grande parte dos homens da vila e também daqueles que emigravam. Aos fatores endógenos juntar-se-ia, no caso do Brasil, o florescimento da indústria açucareira a partir dos anos de 1570<sup>47</sup>, uma fonte de oportunidades para quem procurava sair do reino, e que poderá justificar a primazia deste destino,

---

<sup>39</sup> RUSSELL-WOOD, 1998b: 118.

<sup>40</sup> POLÓNIA, 2007: II, 330; O'FLANAGAN, 2008: 132-134.

<sup>41</sup> BOYAJIAN, 2008: 29; POLÓNIA, 2012a: 363-364.

<sup>42</sup> POLÓNIA, 2012a: 363.

<sup>43</sup> SMITH, 2011: 15.

<sup>44</sup> POLÓNIA, 2007: I, 212.

<sup>45</sup> POLÓNIA, 2007: I, 174-175.

<sup>46</sup> BARROS, 2016: 115.

<sup>47</sup> SCHWARTZ, 1998a: 214.

preferência que, tendo em conta a proximidade entre o Brasil e o Entre Douro e Minho, não era exclusiva de Vila do Conde, mas afetava também, e de forma ainda mais forte, outros portos do noroeste português, como foi o caso de Viana<sup>48</sup>. De facto, o crescimento desta indústria trouxe consigo uma maior necessidade de importação de mão de obra africana, até aí praticamente inexistente<sup>49</sup>, que justificará também o incremento da presença portuguesa nas ilhas ao largo da costa africana, onde os escravizados eram concentrados para serem depois transportados.

No período de tempo compreendido entre 1581 e 1590 a procura das ilhas da Madeira, Açores e Canárias como local de habitação voltou a subir, mas já a um ritmo bem inferior ao demonstrado por outros territórios, nomeadamente o Brasil, sinal de um abrandamento económico das ilhas<sup>50</sup> ou, pelo menos, da incapacidade em fazer face à concorrência do açúcar brasileiro. Em situação idêntica estavam as Canárias que, tal como a Madeira, haviam beneficiado de um aumento dos preços do açúcar em meados do século XVI, mas nos anos 80 já viam o seu comércio em queda<sup>51</sup>, dado o crescimento do Brasil neste setor<sup>52</sup>. De facto, esta distância para o reino pode ter sido um fator importante, tendo em conta a alteração da situação política ibérica, com o início do reinado de Filipe I que, como se sabe, teve forte oposição nos Açores, principalmente na ilha Terceira que, por tanto resistir à aclamação do novo monarca, ganhando até um novo folgo na resistência com a presença de D. António em 1582, viu a sua população ficar sujeita «a um regime de presidio bastante apertado»<sup>53</sup>. Torna-se, desta feita, notória a influência de mais do que uma possível motivação ou explicação na escolha de um local de emigração, algo que, como veremos, foi comum a todos os territórios ao longo de todo o período analisado.

A quebra que se fez sentir na década que se iniciou em 1591, efeito provável dos inúmeros ataques holandeses e ingleses às embarcações portuguesas<sup>54</sup>, foi acompanhada, ainda que de forma residual no Índico e Oriente, por uma subida do número de emigrantes encontrados nas Índias de Castela. Este foi um efeito provável da elevada produção de prata no Potosí<sup>55</sup>, que disseminou no reino a ideia de riqueza do território peruano, e, principalmente, do domínio dos *asientos* de escravos pelo português Pedro Gomes Reinel<sup>56</sup>. Este controlo português atraiu toda uma massa de gente que deveria garantir a logística do tráfico bem como dos comerciantes que tencionavam lucrar com

<sup>48</sup> MOREIRA, 1984: 112-120; MOREIRA, 1995: 304-308.

<sup>49</sup> SCHWARTZ, 1998b: 65-66.

<sup>50</sup> O'FLANAGAN, 2008: 118.

<sup>51</sup> ÁLVAREZ SANTOS, 2010: 55.

<sup>52</sup> MORENO FLORIDO, 2003: 73.

<sup>53</sup> MAGALHÃES, 1993: 474-475. Para um estudo das consequências no Atlântico português das disputas entre D. António, prior do Crato, e D. Filipe I confrontar MARQUES, 2009: 33-64.

<sup>54</sup> POLÓNIA, 2012b: 117-118.

<sup>55</sup> VENTURA, 2005: vol. I, t. I, 106; BENNASSAR, 2001: 134.

<sup>56</sup> VENTURA, 2005: vol. I, t. I, 106; VILA VILAR, 1977: 33 e seguintes.

esta nova realidade instituída pelo monarca<sup>57</sup>. Assim, notamos, como principal fator de atração para este destino, as oportunidades que a sua economia permite ao invés de uma influência da passagem dos territórios portugueses para a administração daquele que era até aí o monarca de Castela, até porque os portugueses nunca se tornaram bem-vindos, pelo menos do ponto de vista jurídico<sup>58</sup>. O crescimento da emigração para este mesmo destino na década seguinte, ao ponto de se tornar no território ultramarino mais procurado, juntamente com o Brasil, parece confirmar esta hipótese, apesar de, entre 1601 e 1610, os dados recolhidos serem já das duas tipologias documentais, implicando, naturalmente, um crescimento dos valores apresentados, o que apenas não acontece para o Estado da Índia, indicador de um abrandamento na absorção de reinóis na entrada do novo século, numa altura em que a vila atingia o pico da sua massa populacional, cerca de 6000 almas<sup>59</sup>, justificando-se uma nova subida da emigração.

O facto de os arquipélagos atlânticos verificarem, entre 1601 e 1610, um aumento do número de indivíduos que recebem pode refletir, como já demonstramos, um acompanhamento, por parte das economias locais, do monopólio português do abastecimento de mão de obra escrava das Índias Castelhanas. Estes espaços funcionavam como subsidiários do tráfico, até porque, quando se observa uma redução da emigração para as Índias de Castela na década seguinte, altura em que o sistema de importação de escravos é novamente alterado, era tal o desagrado pela influência portuguesa neste comércio<sup>60</sup>, que estes espaços deixam de acolher novos emigrantes.

Quanto ao Brasil, o decréscimo na emigração que se fez notar na derradeira década do século XVI não parece ter sido causado pelas visitas inquisitoriais que nesses anos atingiram o nordeste brasileiro<sup>61</sup>. Esta suposição parece evidente tendo em conta que a queda da emigração foi global, não atingindo este território em específico, e que o novo período de visitas seria na década de 1611 a 1620<sup>62</sup>, altura em que a emigração atinge o seu ponto mais elevado, particularmente no caso do Brasil.

O intervalo de tempo entre 1611 e 1620 marca o maior pico de emigração registado ao longo de todo este estudo com um total de 84 emigrantes detetados em 457, o correspondente a 18,4%, isto numa altura em que a população da vila estava a decrescer ao ritmo de 2% ao ano, em contraciclo com a do reino que crescia<sup>63</sup>. A emigração parecia ser o escape aproveitado pela população local nos momentos de crise interna<sup>64</sup>, como aqueles

---

<sup>57</sup> Só escravistas portugueses, passaram para as Índias de Castela mais de 100, entre 1595 e 1640. Confrontar STUDNICKI-GIZBERT, 2007: 60 e SERRANO MANGAS, 1994: 19.

<sup>58</sup> SULLÓN BARRETO, 2014: 37.

<sup>59</sup> POLÓNIA, 2007: I, 212.

<sup>60</sup> ESCOBAR QUEVEDO, 2008: 217; VILA VILAR, 1977: 42-50.

<sup>61</sup> FEITLER, 2007: 272.

<sup>62</sup> FEITLER, 2007: 272.

<sup>63</sup> POLÓNIA, 2007: I, 212-216.

<sup>64</sup> POLÓNIA, 2007: II, 326.

causados pela concorrência ao *mare clausum* português tanto pelo comércio como, principalmente, pela pirataria e pelo corso que afetaram o vigor económico de uma vila de homens do mar<sup>65</sup>, tal como causava o abrandamento das atividades das comunidades marítimas do reino desde os anos de 1520<sup>66</sup>. Este valor tão elevado tornou-se viável com o contributo essencial do Brasil, que atingia agora a maturação da sua economia açucareira, contando com 346 engenhos em 1629<sup>67</sup>, o que trazia uma imagem de riqueza ao reino e a todos os concorrentes europeus<sup>68</sup>, das Índias de Castela, como vimos, já em decréscimo, e dos territórios entre o Cabo da Boa Esperança e o Japão, onde se dava o canto do cisne da presença portuguesa.

O período que se seguiria, entre 1621 (também data de criação da WIC) e 1640, seria de redução da emigração para os territórios ultramarinos. No Estado da Índia, Portugal perdia o seu papel de predominância em relação às outras potências europeias, sobretudo depois de 1630<sup>69</sup>, apesar de a concorrência se fazer sentir logo em 1621 com o final da Trégua dos Doze Anos com os holandeses<sup>70</sup> e mesmo antes desse período, já que as tréguas não significaram a imobilização da ação holandesa na Ásia<sup>71</sup>. Todavia, já em 1622, a perda de Ormuz afetara fortemente as receitas do vice-reino, pois esta praça representara, nas décadas anteriores, a terceira maior fonte de rendimento no Oriente<sup>72</sup>. Em 1629 fora a vez de Malaca ser cercada pelos holandeses, o que não permitiu a este entreposto comercial com o Extremo Oriente contribuir para as finanças do Estado da Índia<sup>73</sup>. A criação da periclitante Companhia Portuguesa das Índias nos finais da década de 1620 também não ajudou ao panorama que se vinha a traçar na região numa época de fome no subcontinente indiano que reduziu a quantidade de mercadorias disponíveis para exportação<sup>74</sup>. No fundo, os sucessivos conflitos na região e a quebra económica ditavam um afastamento de todos aqueles que procuravam melhores condições de vida fora do reino.

No caso do Atlântico ocidental, o motivo da quebra seria, muito provavelmente, a guerra contra os holandeses encetada no nordeste brasileiro, o que, com a conquista de Salvador em 1624 e subsequente reconquista no ano seguinte, e de Olinda e Recife em 1630, conduziu ao afastamento daqueles que procuravam um novo espaço para se estabelecerem, provando um contacto constante entre as populações de ambos os lados do oceano que, apercebendo-se das condições disponíveis num determinado espaço,

---

<sup>65</sup> POLÓNIA, 2007: II, 84-87.

<sup>66</sup> ROCHA, 2016: 112.

<sup>67</sup> SCHWARTZ, 1998a: 215.

<sup>68</sup> MARQUES, 2009: 64-65.

<sup>69</sup> DISNEY, 1981: 67.

<sup>70</sup> DISNEY, 1981: 94.

<sup>71</sup> BOYAJIAN, 2008: 185-186.

<sup>72</sup> MATOS, 1994: 70.

<sup>73</sup> DISNEY, 1981: 70.

<sup>74</sup> DISNEY, 1981: 134-135.

abstinham-se de para aí se deslocarem<sup>75</sup>, prevendo a falta de oportunidades económicas, ou procuravam alternativas, como parece ter ocorrido entre 1631 e 1640, quando a Senegâmbia e Guiné, Golfo de Benim e África Centro Ocidental ultrapassam todos os outros destinos ao acolher 13 emigrantes. Com a conquista, por parte dos holandeses, de São Jorge da Mina em 1637 e de São Tomé e Luanda em 1641, o Brasil retoma, até 1651, a sua posição de liderança nas preferências daqueles que se deslocam do reino para fora da Europa<sup>76</sup>, estatuto que não mais perderia, até porque nos anos de 1640 o Maranhão e o Ceará vão sendo reconquistados, voltando, em 1654, Olinda e Recife a mãos portuguesas.

No fundo, apresentadas as tendências gerais da emigração aqui em foco e interpretados os resultados, podemos resumir o sentido da emigração portuguesa para os arquipélagos atlânticos, África, Ásia e América na seguinte frase: «O seu enfoque espacial ou núcleo alterou-se à medida que diferentes produtos se tornaram predominantes no seu comércio e produção, parecendo criar ciclos de actividade económica: as especiarias, o açúcar, o ouro»<sup>77</sup>.

A atividade profissional destes emigrantes, sobretudo marítima e mercantil, permitia-lhes responder aos contextos económicos por que cada espaço atravessava ao longo do tempo. Se num primeiro momento foram as ilhas mais próximas do reino aquelas que exerceram um domínio na atração de emigrantes, com a quebra da sua economia açucareira, os emigrantes rapidamente dão preferência ao Brasil onde, desde os anos de 1570, o açúcar animava a dinâmica comercial, necessitando de mão de obra para garantir a produção da mercadoria, que os emigrantes iam buscar à costa africana, principalmente, nesta cronologia, à África Centro Ocidental; de homens do mar para transportar o açúcar em direção à Europa; e de comerciantes que garantissem a venda do produto. Os indivíduos com que nos deparamos estão perfeitamente aptos a responder a estas necessidades e, portanto, veem nelas a sua oportunidade para emigrar.

De igual forma responderam os emigrantes à criação dos *asientos*, que os portugueses monopolizaram, para colocar mão de obra africana nas Índias de Castela. Na primeira década do século XVII a emigração para este território aumentou e tornou-o mesmo no principal destino dos emigrados a par do Brasil. As conjunturas locais voltariam novamente a interferir na escolha de um espaço de fixação quando se deflagraram as lutas com os holandeses no nordeste brasileiro, provocando quebras no comércio do açúcar e originando uma instabilidade quotidiana que os indivíduos rapidamente reconheceram, mesmo estando no reino, dirigindo-se então para Angola de onde também tiveram que

<sup>75</sup> POLÓNIA & BARROS, 2012: 124. Um processo semelhante foi observado nas décadas de 70 e 80 do século XVI para a emigração francesa desde La Rochelle para a América, que sofreu um decréscimo das partidas provocado provavelmente pela guerra entre estes e os holandeses. Confrontar MAURO, 1986: 98-99.

<sup>76</sup> Até 1637, também já foi apurado um afastamento dos pilotos da rota do Brasil devido aos ataques holandeses. Confrontar POLÓNIA & BARROS, 2012: 123.

<sup>77</sup> SCHWARTZ, 2010: 22.

fugir na década de 1641 a 1650. O mesmo se passou com o Estado da Índia quando a presença portuguesa na região se esmoreceu ao longo do século XVII, fruto do cada vez menor papel português no tráfico de mercadorias orientais para a Europa, causado pela concorrência que as potências europeias ofereciam ao domínio marítimo português.

## FONTES DOCUMENTAIS

### Arquivo Distrital do Porto

ADP — *Paróquia de Vila do Conde*, Registos de casamentos. E/27/10/6-25.4, E/27/10/2-9.4, E/27/10/3-10.1.

ADP — *Paróquia de Vila do Conde*, Registos de óbitos. E/27/10/3-11.2, E/27/10/3-10.4.

ADP — *Cartório Notarial de Vila do Conde*, 2.º, 3.º, 6.º, 12.º e 13.º officios.

## BIBLIOGRAFIA

ÁLVAREZ SANTOS, Javier Luis (2010) — *Vínculos en el Atlántico: Juan de Vega, señor del ingenio de Güümar*. In CONCEJALÍA DE PATRIMONIO HISTÓRICO. Ayuntamiento de Arona — *Jornadas de Historia del Sur de Tenerife*. Arona: Llanoazur ediciones, p. 53-67.

——— (2015) — *Los Portugueses en Tenerife en Tiempos de la Unión Ibérica*. Tenerife: Universidad de La Laguna. Tese de doutoramento.

ARASARATNAM, Sinnapah (1987) — *India and the Indian Ocean in the Seventeenth Century*. In GUPTA, Ashin Das; PEARSON, Michael, ed. — *India and the Indian Ocean 1500-1800*. Calcutá: Oxford University Press, p. 94-130.

BARROS, Amândio Jorge Morais (2016) — *Porto. A construção de um espaço marítimo no início dos tempos modernos*. Lisboa: Academia de Marinha.

BENNASSAR, Bartolomé (2001) — *La América española y la América portuguesa. Siglos XVI-XVIII*. 4.ª ed. Madrid: Ediciones Akal.

BOYAJIAN, James C. (2008) — *Portuguese Trade in Asia under the Habsburgs, 1580-1640*. Baltimore/Londres: The John Hopkins University Press.

CABRAL, Iva (2015) — *A Primeira Elite Colonial Atlântica — Dos «homens honrados brancos» de Santiago à «nobreza da terra»*. [S.l.]: Pedro Cardoso Livraria.

CALDEIRA, Arlindo Manuel (2013) — *Escravos e Traficantes no Império Português*. Lisboa: Esfera dos Livros.

CARDOSO, Diogo Andrade (2018) — *A especialização profissional como fator de emigração para os territórios ultramarinos nos séculos XVI e XVII*. «Análise Social», n.º 226, vol. LIII (1.º), p. 162-185.

COATES, Timothy J. (1998) — *Degradados e Órfãs: colonização dirigida pela coroa no império português. 1550-1755*. Lisboa: CNCDP.

COSME, João (1997) — *A Emigração para o Brasil através das Habilitações do Santo Ofício (1640-1706)*. In VENTURA, Maria da Graça, coord. — *A União Ibérica e o Mundo Atlântico*. Lisboa: Edições Colibri, p. 195-216.

DISNEY, Anthony R. (1981) — *A Decadência do Império da Pimenta*. Lisboa: Edições 70.

ELTIS, David [2002] — *Free and Coerced Migrations from the Old World to the New*. In ELTIS, David, ed. — *Coerced and Free Migration: Global Perspectives*. Stanford: Stanford University Press, p. 34-74.

ESCOBAR QUEVEDO, Ricardo (2008) — *Inquisición y Judaizantes en América Española (siglos XVI-XVII)*. Bogotá: Editorial Universidad del Rosario.

- FEITLER, Bruno Guilherme (2007) — *Usos políticos del Santo Oficio Portugués en el Atlántico (Brasil y África Occidental). El Período Filipino*. «Hispania Sacra», n.º 119, p. 269-291. Disponível em <www.hispaniasacra.revistas.csic.es>. [Consulta realizada em 20/10/2016].
- FERREIRA, Ana Maria Pereira (1995) — *Problemas marítimos entre Portugal e a França na primeira metade do século XVI*. Redondo: Patrimonia.
- FLORY, Rae; SMITH; David Grant (1978) — *Bahian Merchants and Planters in the Seventeenth and Early Eighteenth Centuries*. «The Hispanic American Historical Review», vol. 58, n.º 4, p. 571-594.
- GODINHO, Vitorino Magalhães (1978) — *L'Émigration Portugaise (XV.<sup>e</sup>-XX.<sup>e</sup> siècles): une constante structurale et les réponses aux changements du monde*. «Revista de História Económica e Social», n.º 1, p. 5-32.
- \_\_\_\_ (1980) — *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*. 4.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Arcádia.
- \_\_\_\_ (1990) — *Mito e Mercadoria, Utopia e Prática de Navegar séculos XIII-XVIII*. Lisboa: DIFEL.
- LUCASSEN, Jan; LUCASSEN, Leo (2017) — *Theorizing Cross-Cultural Migrations: The Case of Eurasia since 1500*. «Social Science History», n.º 41, p. 445-475.
- LUCASSEN, Jan; LUCASSEN, Leo; MANNING, Patrick (2010) — *Migration History: Multidisciplinary Approaches*. In LUCASSEN, Jan; LUCASSEN, Leo; MANNING, Patrick, eds. — *Migration History in World History: Multidisciplinary Approaches*. Leiden/Boston: Brill, p. 3-35.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero (1993) — *D. António*. In MATTOSO, José, dir. — *História de Portugal*. [Lisboa]: Editorial Estampa, p. 472-475. Vol. III: *No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)*.
- \_\_\_\_ (1998) — *A Construção do Espaço Brasileiro*. In BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti, dir. — *História da Expansão Portuguesa*. [Lisboa]: Círculo de Leitores, p. 28-64. Vol. II: *Do Índico ao Atlântico (1570-1697)*.
- MARQUES, Guida (2009) — *L'invention du Brésil entre deux Monarchies*. Paris: Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales. Tese de doutoramento.
- MATOS, Artur Teodoro de (1994) — *A Situação Financeira do Estado da Índia no Período Filipino (1581-1635)*. In MATOS, Artur Teodoro de, coord. — *Na Rota da Índia: estudos de história da expansão portuguesa*. [S.l.]: Instituto Cultural de Macau, p. 61-81.
- MAURO, Frédéric (1986) — *French indentured servants for America, 1500-1800*. In EMMER, Peter C., ed. — *Colonialism and Migration; Indentured Labour Before and After Slavery*. Dordrecht: Martinus Nijhoff Publishers, p. 83-104.
- MOREIRA, Manuel António Fernandes (1984) — *O Porto de Viana do Castelo na Época dos Descobrimentos*. Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo.
- \_\_\_\_ (1995) — *Os Mareantes de Viana e a Construção da Atlantidade*. Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo.
- MORENO FLORIDO, María Berenice (2003) — *Marineros Extranjeros en los Protocolos Notariales de Gran Canaria (1590-1599)*. «Vegueta», n.º 7, p. 65-87.
- NEPOMUCENO, Rui (2006) — *História da Madeira. Uma visão actual*. Porto: Campo das Letras.
- NEWSON, Linda A.; MINCHIN, Susie (2007) — *From Capture to Sale: The Portuguese Slave Trade to Spanish South America in the Early Seventeenth Century*. Leiden/Boston: Brill.
- O'FLANAGAN, Patrick (2008) — *Port Cities of Atlantic Iberia, c. 1500-1900*. Aldershot: Ashgate.
- PEREIRA, João Cordeiro (1991) — *Resgate do Ouro na Costa da Mina nos reinados de D. João III e D. Sebastião*. «STVDIA», n.º 50, p. 5-48.
- PÉREZ GARCÍA, Rafael, M.; FERNÁNDEZ CHAVES, Manuel F. (2009) — *Sevilla y la Trata Negrera Atlántica: envíos de esclavos desde Cabo Verde a la América Española, 1569-1579*. In ÁLVAREZ SANTALÓ, León Carlos, coord. — *Estudios de Historia Moderna en Homenaje al Profesor Antonio García-Baquero*. Sevilla: Universidad de Sevilla, p. 597-622.

- PINTO, Maria Luís Rocha; RODRIGUES, Teresa Ferreira (2013) — *O povoamento das ilhas da Madeira e Porto Santo nos séculos XV e XVI*. In SANTOS, Carlota; MATOS, Paulo Teodoro de, coord. — *A Demografia das Sociedades Insulares Portuguesas. Séculos XV a XXI*. Braga: CITCEM, p. 15-53.
- POLÓNIA, Amélia (2007) — *A Expansão Ultramarina numa Perspectiva Local: O Porto de Vila do Conde no século XVI*. Lisboa: IN-CM. 2 vols.
- (2012a) — *Indivíduos e Redes Auto-Organizadas na Construção do Império Ultramarino Português*. In GARRIDO, Álvaro et al., org. — *Estudos em Homenagem a Joaquim Romero Magalhães: Economia, Instituições e Império*. Coimbra: Edições Almedina, p. 349-371.
- (2012b) — *Jumping Frontiers, Crossing Barriers. Transfers Between Oceans: A Case Study of the Portuguese Overseas Expansion, 1400-1800*. In MUKHERJEE, Rila, ed. — *Oceans Connect: reflections on water worlds across time and space*. Deli: Primus Books, p. 111-132.
- POLÓNIA, Amélia; BARROS, Amândio (2012) — *Commercial flows and transference patterns between Iberian empires (16th-17th centuries)*. In CRESPO SOLANA, Ana; ALONSO GARCÍA, David, org. — *Self-organizing Networks and GIS Tools Cases of Use for the Study of Trading Cooperation (1400-1800)*. «Journal of Knowledge Management, Economics and Information Technology», n.º especial, p. 111-144.
- QUIRINO, Tarcizio do Rêgo (1966) — *Os Habitantes do Brasil no fim do Século XVI*. Recife: Imprensa Universitária da Universidade Federal de Pernambuco.
- RIBEIRO, Orlando (1962) — *Aspectos e Problemas da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- RILEY, Carlos (1998) — *Ilhas Atlânticas e Costa Africana*. In BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti, dir. — *História da Expansão Portuguesa*. [Lisboa]: Círculo de Leitores, p. 137-162. Vol. I: *A Formação do Império (1415-1570)*.
- ROCHA, Gabriel de Avilez (2016) — *Empire from the Commons: Making Colonial Archipelagos in the Early Iberian Atlantic*. Nova Iorque: New York University. Tese de doutoramento.
- RODRIGUES, Teresa Ferreira (1993) — *As Estruturas Populacionais*. In MATTOSO, José, dir. — *História de Portugal*. [Lisboa]: Editorial Estampa, p. 179-217. Vol. III: *No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)*.
- (2008) — *As vicissitudes do povoamento nos séculos XVI e XVII*. In RODRIGUES, Teresa Ferreira, coord. — *História da População Portuguesa*. Porto: CEPES; Edições Afrontamento, p. 159-246.
- RODRÍGUEZ LORENZO, Sergio M. (1999) — *El Algarve y la carrera de Indias: marginalidade provechosa de un enclave geoestratégico en el corazón del comercio con las Indias de Castilla (siglos XVI-XVII)*. «Revista de Historia Naval», ano 17, n.º 66, p. 23-38.
- ROWLAND, Robert (1991) — *Emigración, estructura y región en Portugal (siglos XVI-XIX)*. In EIRAS ROEL, Antonio, coord. — *Emigración Española y Portuguesa a America (Actas del II Congreso de la Asociación de Demografía Histórica. Alicante, abril de 1990)*. Alicante: Instituto de Cultura Juan Gil-Albert, vol. I, p. 137-146.
- RUSSELL-WOOD, A. J. R. (1998a) — *Um Mundo em Movimento. Os Portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*. Algés: Difel.
- (1998b) — *Ritmos e Destinos de Emigração*. In BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti, dir. — *História da Expansão Portuguesa*. [Lisboa]: Círculo de Leitores, p. 114-125. Vol. II: *Do Índico ao Atlântico (1570-1697)*.
- SCHWARTZ, Stuart B. (1998a) — *A «Babilónia» Colonial: A Economia Açucareira*. In BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti, dir. — *História da Expansão Portuguesa*. [Lisboa]: Círculo de Leitores, p. 213-231. Vol. II: *Do Índico ao Atlântico (1570-1697)*.
- (1998b) — *Sugar Plantations in the Formation of Brazilian Society: Bahia, 1550-1835*. Cambridge: Cambridge University Press.

- (2010) — *A Economia do Império*. In BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada, dir. — *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800*. Lisboa: Edições 70, p. 21-51.
- SERRANO MANGAS, Fernando (1994) — *Encrucijada Portuguesa: Esplendor y quiebra de la unión ibérica en las Indias de Castilla (1600-1668)*. Badajoz: Excelentísima Diputación Provincial de Badajoz.
- SMITH, Stefan Halikowski (2011) — *Creolization and Diaspora in the Portuguese Indies. The Social World of Ayutthaya, 1640-1720*. Leiden/Boston: Brill.
- STUDNICKI-GIZBERT, Daviken (2007) — *A Nation Upon the Ocean Sea: Portugal's Atlantic Diaspora and the Crises of the Spanish Empire, 1492-1640*. Oxford: Oxford University Press.
- SULLÓN BARRETO, Gleydi (2010) — *Portugueses en el Perú virreinal (1570-1680): Una aproximación al estado de la cuestión*. «Mercurio Peruano», n.º 523, p. 116-129.
- (2014) — *Vasallos y extranjeros. Portugueses en la Lima virreinal, 1570-1680*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid. Tese de doutoramento.
- VENTURA, Maria da Graça (2005) — *Portugueses no Peru ao tempo da União Ibérica: Mobilidade, Cumplidades e Vivências*. Lisboa: IN-CM. 2 vols.
- VIEIRA, Alberto [s.d.] — *As Ilhas, as Rotas Oceânicas, os Descobrimentos e o Brasil*. Disponível em <<http://www.madeira-edu.pt>>. [Consulta realizada em 04/09/2016].
- VILA VILAR, Enriqueta (1977) — *Hispano-America y el Comercio de Esclavos. Los Asientos Portugueses*. Sevilla: Escuela de Estudios Hispano-Americanos de Sevilla.
- (1979) — *Extranjeros en Cartagena (1593-1630)*. «Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas», n.º 16, p. 147-184.

## ANEXOS

## Anexo 1. Localização dos emigrantes (1560-1651)

Local	Quantidade	Porcentagem
<b>BRASIL</b>	<b>128</b>	<b>30,5%</b>
<b>Brasil</b>	<b>128</b>	<b>30,5%</b>
<i>Baía</i>		
não identificado	11	2,6%
Salvador	4	1,0%
<i>Pernambuco</i>		
não identificado	31	7,4%
Olinda	24	5,7%
Cabo de Santo Agostinho	2	0,5%
Outeiro de Poínqua	1	0,2%
Recife	1	0,2%
Porto Calvo	1	0,2%
<i>Rio de Janeiro</i>		
Rio de Janeiro	4	1,0%
<i>São Paulo</i>		
São Vicente	1	0,2%
<i>não identificado</i>		
não identificado	48	11,5%
<b>ÍNDICO E SUDESTE ASIÁTICO</b>	<b>89</b>	<b>21,2%</b>
<b>China</b>	<b>3</b>	<b>0,7%</b>
<i>Macau</i>		
Macau	2	0,5%
<i>não identificado</i>		
não identificado	1	0,2%
<b>Índia</b>	<b>82</b>	<b>19,6%</b>
<i>Bengala</i>		
não identificado	1	0,2%
<i>Chaúl</i>		
Chaúl	1	0,2%
<i>Goa</i>		
Goa	15	3,6%
<i>Malabar</i>		
Cochim	11	2,6%
<i>não identificado</i>		
não identificado	54	12,9%
<b>Japão</b>	<b>1</b>	<b>0,2%</b>
<i>não identificado</i>		
não identificado	1	0,2%
<b>Malásia</b>	<b>2</b>	<b>0,5%</b>
<i>Malaca</i>		
Malaca	2	0,5%
<b>Moçambique</b>	<b>1</b>	<b>0,2%</b>
<i>não identificado</i>		
não identificado	1	0,2%

Local	Quantidade	Porcentagem
<b>ÍNDIAS DE CASTELA</b>	<b>69</b>	<b>16,5%</b>
<b>Nova Espanha</b>	<b>27</b>	<b>6,4%</b>
<i>Audiência de Santo Domingo</i>		
Assunção	1	0,2%
San Juan	1	0,2%
não identificado	1	0,2%
<i>Guatemala</i>		
não identificado	3	0,7%
<i>Honduras</i>		
não identificado	1	0,2%
<i>México</i>		
Cidade do México	6	1,4%
Puebla de Los Angeles	3	0,7%
Vera Cruz	2	0,5%
Campeche	2	0,5%
Calles	1	0,2%
Acapulco	1	0,2%
<i>não identificado</i>		
não identificado	4	1,0%
São João de Olva	1	0,2%
<b>Peru</b>	<b>11</b>	<b>2,6%</b>
<i>Audiência de Lima</i>		
Trujillo	2	0,5%
<i>Audiência de Quito</i>		
São Francisco de Quito	3	0,7%
<i>Audiência de Santa Fé de Bogota</i>		
Cartagena das Índias	5	1,2%
<i>não identificado</i>		
não identificado	1	0,2%
<b>não identificado</b>	<b>31</b>	<b>7,4%</b>
<i>não identificado</i>		
não identificado	30	7,2%
São João da Luna	1	0,2%

Local	Quantidade	Porcentagem
<b>ARQUIPÉLAGOS DA MADEIRA, AÇORES E CANÁRIAS</b>	<b>48</b>	<b>11,5%</b>
<b>Açores</b>	<b>16</b>	<b>3,8%</b>
<i>Ilha de São Miguel</i>		
Ponta Delgada	3	0,7%
não identificado	2	0,5%
Ribeira Grande	2	0,5%
<i>Ilha do Faial</i>		
não identificado	3	0,7%
<i>Ilha Terceira</i>		
não identificado	4	1,0%
Angra do Heroísmo	2	0,5%
<b>Canárias</b>	<b>16</b>	<b>3,8%</b>
<i>Ilha de Palma</i>		
não identificado	6	1,4%
Santa Cruz	1	0,2%
<i>Ilha de Tenerife</i>		
não identificado	3	0,7%
Garachico	2	0,5%
<i>Ilha Grã-Canária</i>		
não identificado	4	1,0%
<b>Madeira</b>	<b>16</b>	<b>3,8%</b>
<i>Ilha da Madeira</i>		
Funchal	8	1,9%
não identificado	4	1,0%
Santa Cruz	3	0,7%
Ribeira Brava	1	0,2%
<b>SENEGÂMBIA E GUINÉ, GOLFO DE BENIM E ÁFRICA CENTRO-OCIDENTAL</b>	<b>42</b>	<b>10,0%</b>
<b>Angola</b>	<b>39</b>	<b>9,3%</b>
<i>São Paulo de Luanda</i>		
São Paulo de Luanda	2	0,5%
<i>não identificado</i>		
não identificado	37	8,8%
<b>Congo</b>	<b>1</b>	<b>0,2%</b>
<i>não identificado</i>		
não identificado	1	0,2%
<b>Guiné</b>	<b>2</b>	<b>0,5%</b>
<i>não identificado</i>		
não identificado	2	0,5%

Local	Quantidade	Porcentagem
<b>ARQUIPÉLAGOS DE CABO VERDE E SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE</b>	<b>24</b>	<b>5,7%</b>
<b>Cabo Verde</b>	<b>4</b>	<b>1,0%</b>
<i>Ilha de Santiago</i>		
não identificado	2	0,5%
<i>não identificado</i>		
não identificado	2	0,5%
<b>São Tomé e Príncipe</b>	<b>20</b>	<b>4,8%</b>
<i>Ilha de São Tomé</i>		
não identificado	18	4,3%
<i>Ilha do Príncipe</i>		
não identificado	2	0,5%
<b>NÃO IDENTIFICADO</b>	<b>19</b>	<b>4,5%</b>
<b>não identificado</b>	<b>19</b>	<b>4,5%</b>
<i>não identificado</i>		
não identificado	19	4,5%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>419</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: ADP — *Paróquia de Vila do Conde*, Registos de casamentos. E/27/10/6-25.4, E/27/10/2-9.4, E/27/10/3-10.1; ADP — *Paróquia de Vila do Conde*, Registos de óbitos. E/27/10/3-11.2, E/27/10/3-10.4; ADP — *Cartório Notarial de Vila do Conde*, 2.º, 3.º, 6.º, 12.º e 13.º ofícios